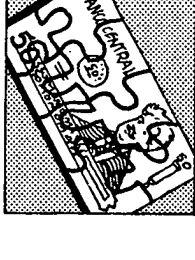


O que deve ou não ser pago nas anuidades

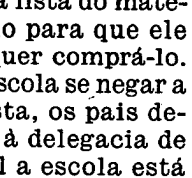
Os conselhos estadual e federal de Educação, subordinados ao Ministério da Educação (MEC), ainda não definiram as normas para a cobrança das mensalidades escolares no próximo ano. Mas algumas regras já estabelecidas sobre anuidade escolar continuam valendo. No período de reserva de vagas pais e alunos devem observar, portanto, as seguintes determinações:

● A anuidade escolar é composta por despesas de matrícula, horário normal de aulas, via de documentação de identidade escolar ou de caderneta escolar, atividade de laboratório ou oficina, material de ensino para uso didático obrigatório e coletivo, material de provas e exames, boletim de notas, documentos para fins de transferência, histórico escolar e certificado ou diploma escolar. Qualquer cobrança de taxas adicionais por esses serviços é ilegal.



● Os estudos de dependência, adaptação e recuperação, quando compulsórios, têm seus custos incluídos no valor das semestralidades. Estão proibidas quaisquer taxas cobradas com esse objetivo.

● O aluno não é obrigado a adquirir material extra na escola. Quando o estabelecimento de ensino propuser essa venda deverá, paralelamente, fornecer



ao estudante a lista do material solicitado para que ele decida onde quer comprá-lo. No caso de a escola se negar a fornecer a lista, os pais devem recorrer à delegacia de Ensino à qual a escola está vinculada.

● Materiais de uso coletivo, como giz e apagador, por exemplo, não podem ser incluídos na lista de materiais, pois seus valores já foram previstos na semestralidade. A escola que dividir o valor da semestralidade em cinco parcelas está ferindo a legislação, que estabelece seis parcelas.



● As APMs (Associações de Pais e Mestres) são facultativas e arrecadam fundos para eventos comemorativos, festas e passeios. Ninguém é obrigado a pagar qualquer espécie de taxa de manutenção.

● A legislação proíbe as escolas de qualquer forma de arrecadação paralela, como a venda obrigatória de apostilas.

● Abaixo, uma lista dos telefones úteis, para pais de alunos que se sentirem lesados:

Procon: 883.3055 (além de esclarecer dúvidas, o órgão recebe denúncias).

Centro de Informações ao Usuário da Secretaria de Educação: 255.4077.

Associação Intermunicipal de Pais de Alunos do 1º ao 3º Graus: 263-6614.